



1
2
3
4
1

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

2
3

Ata da Reunião Ordinária do COPED/PR – 03/12/2021.

4 No terceiro dia do mês de Dezembro do ano de 2021 às 09:00, em ambiente virtual por meio do
5 link disponibilizado via *e-mail* e presencialmente na Sala de Situação do 4º andar do Palácio das
6 Araucárias – SEJUF, iniciou-se a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos
7 Humanos – COPED com transmissão ao vivo via *Youtube* da SEJUF e página do *Facebook* do
8 COPED. Fizeram-se presentes os (as) **Conselheiros (as) Titulares Governamentais:** Amaro
9 Carvalho (SEJUF), **Rafael Osvaldo Machado Moura (Ministério Público do Paraná)**, Aurélio
10 Munhoz (Associação dos Municípios) **Anderson Rodrigues Ferreira (OABPR)**, **Deputado Tadeu**
11 **Veneri (ALEP)** **Conselheiros(as) Suplentes Governamentais:** **Fernanda Oliveira Queiroz (TJ-**
12 **PR)**, **Conselheiros(as) Titulares da Sociedade Civil:** Clau Lopes (APP Sindicato), Marcel
13 Jeronymo Lima Oliveira (Grupo Dignidade), Juliana Mittelbach (Rede Mulheres Negras -
14 RMN/PR), Cristiane Aparecida Áureo Galdino (Associação do Movimento Cultural Afoxé Ogun
15 Fúnmilaiyo – AMCAOF), Diego Souza da Silva (Associação Núbia Rafaela Nogueira ALGBTI),
16 Bruna Ravena Braga dos Santos (Associação de Travestis e Transsexuais de Foz de Iguaçu -
17 Casa de Malhu), Rute Regina Alves (ACTEP), Leonildo José Monteiro Filho (Movimento
18 Nacional da População em Situação de Rua). **Conselheiros (as) Suplentes da Sociedade Civil**
19 **Organizada:** Jorasi Matias Borges (Associação de Apoio a Moradia de Braganey), **Delton**
20 **Aparecido Felipe (ABPN - Maringá)**, Waleiska Emília Fernandes Figueira (SINDIJOR/PR), Julia
21 Maria Moraes (CUT), **Aluizio Ferreira Palmar (CDHMP)**, **Dayana Brunetto Carlin dos Santos**
22 **(Liga Brasileira de Lésbicas - LBL/PR)**. **Convidados/Colaboradores:** Karlla Hanayane (SEJUF),
23 **Carolina Pauleto Ferraz Zancan (Polícia Militar do Paraná)**, **Thais Diniz (ALEP)**, **Roselene Sonda**
24 **(Assistente Social do CAOPJDH MPPR)**, **Henrique Kramer**. **Justificativa de Ausência:** O
25 presidente Marcel informou que justificou a ausência da conselheira Léo Ribas, esta que estava
26 em deslocamento para o Lesbo Censo. **1. Abertura:** Inicialmente, Karlla, em sua qualidade de
27 secretária executiva deste conselho, realizou a chamada nominal das (os) conselheiras (os)
28 presentes para verificação de quorum e registro de presença em ata. Após a conclusão da
29 chamada, a sec. Karlla informou que há quórum. Dando continuidade, o presidente Marcel deu



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

7

8

9

10

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

início a Reunião Ordinária do Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná e registrou os participantes que estavam presencialmente na Comunidade Nova Esperança, como: Jorasi; Borges do MPM; Val - líder da comunidade; Dra. Andressa; Leonildo; Luiz Rosa; Júlia; Marta Toledo; Diego e Bruna Ravena. **2. Aprovação da Pauta:** O presidente Marcel sugeriu um acordo entre as (os) participantes, em que, a autonomia das comissões pudessem ser respeitadas e que todos os encaminhamentos sejam diretamente despachados, isto para que, durante à tarde as (os) conselheiras (os) possam aderir ao ato. Sendo assim, o debate sobre os relatos das comissões foram cancelados, mas impreterivelmente eles serão elaborados e enviados para todas (os). Além disso, Marcel também sugeriu que nos meses de Dezembro e de Janeiro, as comissões que se reunirem e formularem encaminhamentos, o plenário aprova que a Secretaria Executiva junto com a vice-presidência deem os devidos encaminhamentos, sem debates na plenária. A conselheira Juliana solicitou que todas as providências e encaminhamentos realizados sejam enviados por *e-mail* para todas (os) conselheiras (os). Os informes da Secretaria Executiva e das Conselheiras (os) serão encaminhados por *e-mail*. A sec. executiva solicitou realizar apenas um informe, este que se refere ao seu desligamento da Secretaria Executiva do COPED neste primeiro momento e quem irá assumir é a Ana Felícia juntamente com o apoio da residente técnica Ana Vitória. Sendo assim, a condução da reunião e a Secretaria Executiva foram imediatamente repassadas a Ana Felícia. **3. Aprovação da ata da reunião de Novembro/2021:** As atas foram encaminhadas por *e-mail* com o prazo de 10 dias para considerações. O presidente Marcel consultou as (os) conselheiras (os) se há alguma solicitação de alteração. Não houve nenhuma objeção e portanto a ata foi aprovada. **4. Violência Policial no Estado do Paraná:** O presidente Marcel registrou que esse tópico é a causa da reunião ordinária do COPED estar sendo realizada na Comunidade Nova Esperança, a violência policial no Estado do Paraná e seus desdobramentos atingem fortemente os mais vulneráveis de uma forma absurda e que, onde estranhamente, no Estado do Paraná, a própria Polícia Militar investiga os atos de violência dela própria, sendo talvez o único Estado Brasileiro que adota esta bizarra prática. O líder da comunidade, Val, inicialmente agradeceu a presença de todas e todos, para em seguida, relatar que há 03 dias a BOPE/RONE entrou na ocupação Nova Esperança com o foco de executar o rapaz dentro da comunidade. Em complementação,

11

12



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

13
14
15
16
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87

17
18

Val relatou que a RONE entrou dentro da residência do rapaz de 25 anos de idade, chutando a porta e a arrombando, alegaram que ele disparou tiros contra os policiais, mas não há balas na parede e em nenhuma parte da residência. Além disso, a namorada - grávida - da vítima foi obrigada a assistir toda a execução diabólica da RONE. Outra incoerência do relato dos policiais foi de que encontraram diversas armas com a vítima, porém, apenas uma .380 foi apresentada pelos mesmos. Segundo Val, após a vítima ser rendida e desarmada, a RONE deu um tiro na perna do rapaz e começaram a bater na menina na frente dele, e mesmo após ele falar que ela estava grávida, os policiais continuaram batendo na gestante enquanto o interrogavam. Após ouvirem os tiros e gritos, os vizinhos chamaram a mãe da vítima que mora em Almirante Tamandaré (aproximadamente 17 km), esta que chegou desesperada gritando o nome do filho, ele ouviu a voz da mãe fora da casa e falou “mãe, eu também te amo” e foi neste momento que a RONE deu o último tiro na boca da vítima - há um vídeo de uma moradora da comunidade em que é possível observar este fato de fora da residência. Val indicou que aparentemente no nosso país não há pena de morte, mas a Polícia Militar foi treinada para exterminar a parte pobre da população, pois ações desta forma nunca foram e nem serão realizadas em determinadas pessoas e bairros da cidade. Por fim, Val destacou que ninguém quer vingança, apenas JUSTIÇA e que os responsáveis paguem pelos crimes que cometeram. No dia seguinte ao ocorrido, o prefeito de Campo Magro se oportunizou pela situação - este que, sempre foi hostil com a permanência das famílias na Comunidade Nova Esperança -, tentando criminalizar e generalizar a relação da ocupação, havendo um ataque a uma garagem com maquinários e a alegação de que este ato seria uma represália a morte do Igor, essas declarações sem nenhum cabimento são apenas para criminalizar a comunidade e já ocorreram em outras ocasiões, como quando o Prefeito supostamente recebeu um bilhete de membros da comunidade com erros gramaticais grotescos para provavelmente rebaixar a população que vive no local. Além disso, Val ressaltou que caso seja realmente alguém da comunidade, é a pessoa quem cometeu os atos que deve respondê-los e não a comunidade como um todo, pois a extrema maioria dos moradores nunca cometeriam tal ato e não são conivente com os mesmos. O participante da Convenção do Movimento Popular por Moradias - especificamente no setor da Educação -, Galeano, enquanto membro da Comunidade Nova Esperança repudiou todas as ações



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

19
20
21
22
88 supracitadas, pois entende que a vida vale muito mais que um pedaço de terra e não entende o
89 tamanho esforço das autoridades para combater aqueles que lutam pelos seus direitos
90 constitucionais. Ademais, Galeano ressaltou sua tristeza em saber que o maior inimigo da
91 comunidade é o próprio Estado, e que mesmo todos os (as) moradores (as) fazendo de tudo
92 para serem corretos (as), a repressão policial e os crimes contra a humanidade são cometidos e
93 escondidos pela própria instituição. Devido aos crimes cometidos e omitidos pelo próprio Estado,
94 os moradores não sabem a quem recorrer e o que será daqui em diante da Comunidade Nova
95 Esperança, pois suas integridades físicas correm riscos porque agora os moradores mexeram
96 com aqueles que inicialmente mexeram com eles, e que, se necessitar morrer lutando, os
97 moradores irão morrer lutando contra as inúmeras barbáries e atrocidades cometidas. Por fim,
98 Galeano ressaltou que não apenas a repressão policial violenta os menos favorecidos, mas de
99 todas as formas, pelo desemprego, pela fome, pela falta de acesso a falta de acesso ao
100 consumo e pela não oportunidade de uma educação de qualidade. Assim sendo, Galeano fez
101 um apelo para que as Secretarias de Estado visitem a Comunidade Nova Esperança e deem
102 mais atenção a esse local, solicitando que a regularização dos terrenos seja realizada para que
103 os moradores consigam pagar por seus lares. Em seguida, Gisele, relatou em nome de todas as
104 mulheres da ocupação sobre a violência policial sofrida, pois no dia várias companheiras
105 sofreram tiros de bala de borracha - uma com o bebê no colo - e acabaram sofrendo agressões
106 por parte da PM. Além disso, Galeano registrou que os moradores da Ocupação Nova
107 Esperança lamentam profundamente o ataque sofrido pela Prefeitura, pois os ônibus afetados
108 eram utilizados pelas crianças para irem para a escola, transporte conquistado sobre acordo
109 com o Ministério Público, pois até então, o chefe do Executivo de Campo Magro não permitia.
110 Ademais, Galeano agradeceu a presença de todas e todas e indicou que a comunidade
111 necessita fazer diversas representações ao MP e ao Poder Judiciário contra as falas do Prefeito
112 de Campo Magro, também solicitou uma representação à Comissão de Direitos Humanos da
113 Organização das Nações Unidas, pois quem tem poder contra pessoas que utilizam do aparato
114 do Estado é apenas a ONU. O presidente do COPED, Marcel, agradeceu as falas dos
115 representantes da Comunidade Nova Esperança e destacou que o COPED estará junto com os
116 moradores cobrando justiça pelo caso. Dando continuidade, o conselheiro Diego destacou que a



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

25
26
27
28

117 o COPED foi a ocupação para acompanhar detalhadamente a situação e auxiliar a buscar justiça
118 para o caso, também relembrou do relato da esposa do rapaz que foi assassinado, uma garota
119 de apenas 15 anos e gestante que foi torturada pela Polícia Militar, sendo duas vidas torturadas
120 e postas em risco. A conselheira Bruna Ravena prestou sua solidariedade a todos os moradores
121 da ocupação e destacou que sabe como se dá a perseguição, pois sofre isso na pele todos os
122 dias com as portas sempre se fechando para pessoas transgêneras em todos os âmbitos
123 sociais. Segundo a conselheira Bruna, se o Estado do Paraná deseja vender-se como um
124 “Estado Modelo” para os demais, deve buscar em todas as áreas e para toda sua população,
125 sem exceções, pois não deve servir apenas para o branco, rico, empresário e não para uma
126 comunidade carente ou ocupação ela não serve. Visto isso, é necessária uma resposta urgente
127 e uma atuação constante da Polícia Militar e também o acompanhamento da menina de 15 anos
128 torturada pelos policiais, pois ela está correndo risco expondo os abusos exercidos. Por fim, a
129 conselheira Bruna destacou que já passou da hora dos agentes de segurança do Estado do
130 Paraná serem monitorados por câmeras com leis vigentes que garantam que eles cumpram e
131 que esses monitoramentos não sejam burlados - apagados, tampados - para encobrir as cenas
132 de crimes. A Defensora Pública e coordenadora do Núcleo de Política Criminal e Execução
133 Penal, Andeza Lima de Menezes, primeiramente lamentou profundamente a morte de mais um
134 jovem e a tortura em uma adolescente grávida e que esse espaço é essencial para a construção
135 de uma vida digna para todos aqueles que possuem seus direitos atacados. Em seguida,
136 Andeza, registrou que a Defensoria Pública é uma instituição que possui um compromisso legal
137 com a primazia com os Direitos Humanos e cuidará com cuidado para que essa situação seja
138 investigada. Para isso, será necessário coragem - esta que não falta nos moradores - para que
139 testemunhem e exponham os abusos ocorridos no dia da execução e tortura de Igor e sua
140 namorada grávida. Portanto, faz-se necessária a apresentação de testemunhas para que sejam
141 encaminhadas para as autoridades competentes da investigação, estas que são: o Ministério
142 Pública e o GAECO. Além disso, Andeza mencionou que na reunião com as cúpulas das
143 instituições do sistema de justiça foi estabelecido um compromisso destas (TJ-PR, MP-PR, DP-
144 PR e OAB-PR) para que seja levado urgentemente ao executivo a demanda quanto a instalação
145 de câmeras nos policiais - corpo e viatura -, pois temos um exemplo próximo que é o Estado de

29
30



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

31
32
33
34

146 São Paulo que após a instalação registrou uma queda nas mortes em confrontos policiais.
147 Ademais, outra questão deliberada neste encontro foi a capacitação dos agentes de segurança
148 pública sobre o respeito às leis vigentes e as questões sobre os Direitos Humanos, formação
149 esta que não existe hoje em dia. Andeza também convidou a todos (as) para lerem a [Nota](#)
150 [Técnica](#) que foi publicada no *site* do NUPEP, existe um estudo que foi realizado sobre as mortes
151 ocorridas no ano de 2018, onde cada uma das 260 mortes que aconteceram neste ano
152 relacionadas aos confrontos com agentes policiais foram estudadas, traçando um perfil muito
153 claro de quem são as vítimas - a esmagadora maioria são jovens pretos e pardos. Os
154 antecedentes criminais é um assunto muito relevante para esses casos, pois é um dado que
155 infere em boa parte das fundamentações para arquivamento dos inquéritos de apuração das
156 mortes e repetem a mesma narrativa de legítima defesa. Porém, a maioria das vítimas desses
157 assassinatos não possuíam antecedentes criminais e sequer respondiam ação penal,
158 confirmando assim, que o traço em comum é realmente são jovens negros e pobres. Dessas
159 260 mortes, 04 dessas vítimas tiveram sequer qualquer inquérito instaurado e apenas 02
160 inquéritos passaram da fase policial e foram para o judiciário, sendo algo muito significativo.
161 Para a Defensoria Pública é extremamente importante que esses inquéritos que atualmente
162 tramitam na própria corporação militar sejam de competência da Polícia Civil, não devendo mais
163 ser permitido os arquivamentos pela própria Polícia Militar. Andeza realizou um apelo para que o
164 Ministério Público se junte a Defensoria Pública para que consiga convencer o Tribunal de
165 Justiça de que a Polícia Militar seja responsável pelos seus próprios casos de abusos. Portanto,
166 com a mudança das apurações para instituições corretas os casos mudarão seu curso e poderá
167 haver uma aumento significativo de resoluções, conseqüentemente, diminuição das mortes da
168 população pobre e negra por meio de confrontos policiais. Por fim, Andeza pediu para que todos
169 (as) apoiassem a Defensoria Pública, pois com ela mais fortalecida e maior, a luta será
170 diretamente beneficiada pela instituição. O conselheiro Aurélio primeiramente se solidarizou com
171 a Comunidade Nova Esperança por essa nova manifestação de violência policial e de
172 higienização social por meio de agentes públicos, e que essa tragédia, coloca em foco a
173 necessidade de formação mais humana dos policiais militares, um assunto que vem sendo tratado
174 há diversos anos pelo COPED. Em seguida, o conselheiro Aurélio sugeriu que a Cartilha de



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

37
38
39
40

175 Direitos Humanos formulada pelo COPED seja popularizada, principalmente entre os policiais,
176 para que eles entendam a importância e a urgência de respeitar os Direitos Humanos e cessar
177 essa atitude - ou reprodução de discurso - de agressão à população carente que vive
178 marginalizada. Segundamente, o conselheiro Aurélio se pôs à disposição, na condição de
179 representante da Associação dos Municípios do Paraná, no sentido de aprofundar o diálogo com
180 o Prefeito de Campo no sentido de abrir canais para evitar confrontos e a criminalização da
181 população da comunidade. O conselheiro Leonildo, em nome do Conselho Permanente de
182 Direitos Humanos, agradeceu à comunidade por confiar as suas vidas ao conselho, pois entende
183 que o conselho terá que tomar todas as providências possíveis para conter os abusos dessa
184 polícia exterminadora do Estado do Paraná que mata porque alguém manda e deixa ela matar,
185 pois no fim, os policiais que assassinaram sempre são absolvidos. Portanto, o conselheiro
186 Leonildo reforçou que o COPED e demais instituições/grupos de trabalho tem uma grande
187 responsabilidade em auxiliar a Comunidade Nova Esperança, pois são mais de 1000 famílias
188 que vem frequentemente sofrendo abusos, fazendo-se necessário debater com os chefes da
189 segurança pública estadual, provocando estratégias para visibilizar e fomentar o debate da
190 causa. Leonildo relatou que em Londrina a Polícia Militar saí à noite nos “mocós” da população
191 em situação de rua para bater nas (os) meninas (os) sem nenhum motivo válido, sendo
192 claramente pedidos de empresários para que a Polícia Militar expulse e agrida a população de
193 rua. Porém, esse é o momento para que todos da luta se reúnam para acabar com o extermínio
194 realizado pela Polícia Militar do Estado do Paraná. A conselheira Juliana reforçou que são vários
195 caminhos, primeiramente, a segurança imediata tanto da adolescente quanto da comunidade,
196 pois houveram diversas testemunhas e gravações, necessitando avaliar como será realizada a
197 garantia de que a comunidade não será novamente invadida e ameaçada pelas forças de
198 segurança pública. Além disso, Juliana destacou que é necessário buscar quem autoriza esse
199 tipo de ação, pois dificilmente é uma ação isolada e individual desses policiais que realizaram a
200 ação, sendo necessária a responsabilização de quem está na cadeira de comando dando
201 ordens. Juliana também sugeriu que a partir do Paraná, buscar os outros Conselhos de Direitos
202 Humanos para elaborar algum tipo de documento para a desmilitarização da comissão, mas
203 acredita que neste governo conservador será apenas para instigar a reflexão sobre o tema, não

41
42



CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

43
44
45
46
204 sendo mais tolerável as ações que vêm sendo cometidas pela Polícia exterminadora, que mata
205 pobre, preto, favelado e periféricos. Por ordem prática, Juliana destacou que é necessário algum
206 documento da Secretaria de Segurança Pública informando que a Polícia Militar não poderá
207 realizar qualquer tipo de ação dentro desse território enquanto estiver sendo investigado esses
208 atos de tortura e garantir a segurança da menina tortura, das testemunhas e da comunidade. A
209 conselheira Waleiska destacou que toda vez que há um relato de violência policial, as
210 vítimas/testemunhas sempre se preocupam em falar que era um trabalhador e isso nos remete a
211 algo muito grave, pois isso não importa, era uma vida e tem seu igual valor como todas as
212 outras, não minimizando o trabalho, mas que para além de ser um trabalhador (a), um pai ou
213 mãe de família, é uma pessoa. Ademais, a conselheira Waleiska enfatizou que é essencial
214 observar quem são os policiais responsáveis pelos atos, pois os mesmos também não moram
215 nas áreas nobres da cidade, são pretos e sua grande maioria são pobres devido a não reposição
216 salarial há quase 6 anos, massacrando então, seus semelhantes. Em seguida, Luiz Rosa em
217 nome da Comissão de Direitos Humanos da ALEP prestou sua solidariedade à comunidade e
218 informou que tem intervindo em tudo que é possível em suas respectivas atuações. Luiz indicou
219 que há na Assembleia Legislativa o [Projeto de Lei 448/2019](#) apresentado pelo Deputado Tadeu
220 Veneri que visa a instalação de câmeras de vídeo e áudio nas viaturas e uniformes da Polícia
221 Militar, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil. Além disso, Luiz mencionou que está sendo
222 organizada uma Audiência Pública para o início de 2022 sobre as questões supracitadas. A
223 ativista dos Direitos Humanos representando diversos coletivos que estão acompanhando, Marta
224 Toledo, destacou que a Comunidade Nova Esperança exerce um trabalho fantástico em todas
225 as atividades que vêm sendo desenvolvidas no local - como foi o caso das padarias -
226 futuramente será constituída uma biblioteca e salas de costura, a reforma da creche para que as
227 mães possam trabalhar. Por fim, Marta, como jornalista, registrou sua indignação ao fato do
228 silenciamento vergonhoso da imprensa perante aos abusos ocorridos, sendo totalmente parcial
229 corroborando com o discurso da Polícia Militar e a narrativa da Segurança Pública. O presidente
230 Marcel registrou que a conselheira Waleiska (SINDIJOR - PR) fez um pequeno reparo em sua
231 fala, que talvez não sejam os (as) jornalistas, mas os grupos de comunicação. Marta realizou
232 uma reparação excluindo as mídias alternativas de sua fala anterior, ou seja, aquelas mídias que



49
50
51
52
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

não chegam às partes da sociedade que deveriam chegar - como o Plural ou Brasil de Fato - estiveram presentes e fizeram matérias sobre, mas a mídia que abrange uma parte maior da sociedade não tiveram interesse em relatar os acontecimentos, aceitando definitivamente o discurso policial. A conselheira Julia indicou que infelizmente logo após o mês da Consciência Negra e neste momento estamos observando mais um caso de extermínio de negros e pardos, sendo assim, todos (as) tem que gritar suas indignações com esse sistema. O presidente Marcel registrou sua preocupação com represálias na comunidade, pois após os atos a PM poderá amedrontar ainda mais a população para os expulsarem do local, os perseguindo até que eles fujam para outras situações de vulnerabilidade. Em seguida, sugeriu duas propostas. No grupo do conselho foi distribuído o provimento do TJ-SP no qual, por um ato do Corregedor de Justiça conseguiu resolver esse problema grave que o Estado do Paraná ainda sofre - investigações de confronto da Polícia Militar pela própria Polícia Militar. O Provimento Nº 35/2021 definiu que, quem investiga a Polícia Militar do Estado de São Paulo é a Polícia Civil do Estado de São Paulo. Portanto, Marcel sugeriu que um encaminhamento ao Presidente do TJ/PR com solicitação de que à Corregedoria do TJ/PR, com base no provimento Nº 35/2021 do TJ/SP, determine de imediato que as investigações de crimes cometidos por policiais militares sejam investigados pela Polícia Civil ou pelo GAECO em casos de maior gravidade. Envio ao MP, DPE, OAB/PR e ao Governador do Estado do Paraná para apoio. Além disso, Marcel sugeriu que seja enviado um ofício à CCJ para que o PL 448/2019 seja posto em regime de urgência para votação. Em seguida, foram lidos todos os encaminhamentos colhidos durante a reunião, segue estes em sua integralidade apresentada durante a plenária: “Encaminhamento 1 (MPM): *Requerimento de que o prefeito se retrate quanto a acusação de que a comunidade Nova Esperança promoveu a queima de ônibus municipais, que se demonstre provas, vez que a acusação induz a população a criminalização da comunidade Nova Esperança.* Encaminhamento 2 (DIEGO) à DPE - Acompanhamento Psicológico e Jurídico às famílias vítimas de violência policial. Encaminhamento 3 (Bruna e DPE) - à SESP - instalação de câmeras de corpo e em viaturas das forças policiais para registro de confrontos. Garantindo-se a manutenção das imagens sem perdas, apagamentos ou coberturas físicas de imagem. Envio de ofício à CCJ para que a PL das câmeras entre em regime de urgência e votação.



55
56
57
58
262

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

263 *Encaminhamento 4 (DPE) reforço no apelo de que o MP se junte à DPE para que a justiça*
264 *militar não seja mais responsável pela apuração crimes cometidos por agentes da polícia militar*
265 *(coaçoão, homicídio e tortura) mas a Polícia Cívil, tendo em vista a competência do Tribunal do*
266 *Júri e a competência de investigação da Polícia Civil por tratar-se de crimes hediondos.*
267 *Encaminhamento ao Presidente do TJPR, com base no provimento Nº 35/2021 do TJSP,*
268 *determine de imediato que as investigações de crimes cometidos por policiais militares sejam*
269 *realizadas pela Polícia Civil ou pelo GAECO em casos de maior gravidade. Envio ao MP, DPE,*
270 *OAB e ao Governador do Estado para apoio. Encaminhamento 5 (Aurélio) - popularização da*
271 *cartilha de direitos humanos, inclusive entre policiais militares. Encaminhamento 6 (Leonildo) -*
272 *Articulação do COPED com o MP, DPE e TJPR visando a criação de agenda estratégica para a*
273 *erradicação de ações violentas da polícia militar. Encaminhamento 7 (Juliana) - Solicitação de*
274 *agenda urgente com o Secretário da SESP para que oriente a PM para que não realize ações*
275 *policiais na Comunidade Nova Esperança enquanto perdurar a investigação relativa a ação em*
276 *pauta. Encaminhamento 8 (Juliana) recomendação conjunta com outros conselhos de direitos*
277 *humanos pela desmilitarização das forças policiais. Encaminhamento 9 (Bruna Ravena)- Redes*
278 *sociais do COPED sejam utilizadas para divulgação das atividades da Ocupação Nova*
279 *Esperança. Encaminhamento 10 (Rute) - Acompanhamento da Rede de Proteção para que*
280 *verifique quais as razões pelas quais o CEMEI não está em funcionamento e para que a rede*
281 *tome providências para verificação de violações de direitos de crianças a adolescentes e*
282 *providências legais quanto a crianças e adolescentes vítimas de ameaça. Encaminhamento 11 -*
283 *envio de ofício ao PROVITA e PPCAM para inclusão da adolescente e seus familiares no*
284 *programa de proteção. Encaminhamento 12 - Solicitação à SEJUF para que garanta o*
285 *deslocamento a hora que for necessário, para que o COPED acompanhe urgências que*
286 *ocorrem na comunidade Nova Esperança. Encaminhamento 13 - Deputado Goura e Tadeu*
287 *Veneri para que garantam agenda com Leonir Batisti e Coronel Rômulo Marinho para tarde de*
288 *03/12/2021.”. A conselheira Bruna Ravena solicitou que o COPED ceda suas redes sociais para*
289 *auxiliar nas informações sobre a perseguição que vem sendo exercida na comunidade,*
290 *mostrando os incríveis trabalhos que vêm sendo realizados dentro da comunidade, como as*
grafitagens, padarias e cursos de formação. Assim sendo, o COPED poderá ajudar na



61
62
63
64

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

291 disseminação de que as comunidades não sejam espaços para pessoas “vadias”, mas para
292 cidadãos que não tem um planejamento de habitação, que buscam suas casas, que buscam
293 educação e que buscam dar uma qualidade de vida para os seus filhos e para si próprio. O
294 presidente Marcel relatou que enquanto ocorria a reunião, duas vezes um helicóptero da RONE
295 sobrevoou em baixa altitude o local em que estão para amedrontar os moradores e militantes
296 presentes. Os encaminhamentos listados acima foram aprovados pelo pleno do COPED. Em
297 seguida, uma mãe da comunidade relatou que o helicóptero assustou muitas crianças a troco de
298 nada. **5. Ausência de Servidores (as) para Apoio Técnico das Comissões do COPED/PR:** O
299 presidente Marcel sugeriu que seja encaminhado para o Secretário Ney uma recomendação
300 para que se tenha um (a) servidor (a) exclusivo ao COPED, pois após a saída da Ana Raggio foi
301 aberta uma lacuna na execução de diversas atividades. Além disso, ampliação do número de
302 servidores (as) para atendimento das pautas ligadas aos temas de Direitos Humanos. O
303 encaminhamento acima foi aprovado pelo pleno. 6. Encerramento: Por fim, Marcel agradeceu a
304 presença de todos e todas e encerrou a reunião ordinária do Conselho Permanente de Direitos
305 Humanos. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa.

65
66